

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NICKOLE JAYNE FELIX CAVALCANTE

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ECONOMISTAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO
PENSAMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA**

Santana do Ipanema - AL
2024

NICKOLE JAYNE FELIX CAVALCANTE

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ECONOMISTAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO
PENSAMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira
Melo

Santana do Ipanema - AL
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C376c Cavalcante, Nickole Jayne Felix.

As contribuições das economistas mulheres na formação do pensamento da economia política / Nickole Jayne Felix Cavalcante. – 2024.
43 f.

Orientador: Manoel Valquer Oliveira Melo.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Sertão. Santana do Ipanema, 2024.

Bibliografia: f. 40-43.

1. Pensamento econômico - Mulheres. 2. Feminismo. 3. Teoria econômica. I. Título.

CDU: 330.1-055.2

NICKOLE JAYNE FELIX CAVALCANTE

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS ECONOMISTAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO
PENSAMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharelado em Ciências
Econômicas.

Aprovado em: 18/11/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO**
Data: 11/12/2024 16:55:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Manoel Valquer Oliveira Melo (Orientador, UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **IVALDO MENDES DA SILVA**
Data: 11/12/2024 20:03:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Evaldo Mendes da Silva (Examinador 1, UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO MIGUEL BARROS TENORIO VARJAO D**
Data: 12/12/2024 08:52:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Antônio Miguel Barros Tenório Varjão (Examinador 2, UFAL)

RESUMO

Ao longo da história, homens e mulheres assumiram papéis sociais diferentes, o que gerou desigualdades em termos de acesso ao poder, prestígio e oportunidades de crescimento pessoal e profissional. No âmbito das Ciências Econômicas, essa disparidade foi particularmente marcante, com as mulheres sendo confinadas a funções domésticas, o que restringiu sua participação no desenvolvimento das teorias econômicas. Embora tenham desempenhado importante função nos estudos da economia, suas contribuições foram subestimadas, refletindo uma estrutura social que privilegiava os homens e perpetuava a exclusão das mulheres nas discussões acadêmicas tradicionais. Dessa forma, esse estudo se justifica pela necessidade de ampliar a discussão sobre o papel das mulheres no desenvolvimento do pensamento econômico, oferecendo um recorte histórico que resgate a trajetória das primeiras economistas e as principais teorias por elas desenvolvidas. Portanto, esse estudo objetiva-se em analisar e destacar as contribuições de algumas economistas mulheres para a formação do pensamento econômico. Para isso, adotou-se como metodologia uma revisão de literatura com abordagem qualitativa. Busca-se através de uma compilação de ideias, teorias e pensamentos de escritoras sobre o assunto, ressaltar a importância das mesmas para a história do pensamento econômico como um todo, além de entender o porquê da escassez das bibliografias femininas nas cadeiras do curso de Ciências Econômicas, assim como contribuir para com a formação total dos futuros economistas.

Palavras-chaves: Pensamento econômico. Mulheres. Feminismo. Teoria econômica.

ABSTRACT

Throughout history, men and women have taken on different social roles, which has led to inequalities in terms of access to power, prestige and opportunities for personal and professional growth. In the field of Economic Sciences, this disparity has been particularly marked, with women being confined to domestic roles, which has restricted their participation in the development of economic theories. Although they have played an important role in economic studies, their contributions have been underestimated, reflecting a social structure that privileged men and perpetuated the exclusion of women in traditional academic discussions. This study is therefore justified by the need to broaden the discussion on the role of women in the development of economic thought, offering a historical overview of the trajectory of the first female economists and the main theories they developed. Therefore, this study aims to analyze and highlight the contributions of some female economists to the formation of economic thought. To this end, the methodology adopted was a literature review with a qualitative approach. Through a compilation of ideas, theories and thoughts of women writers on the subject, the aim is to highlight their importance to the history of economic thought as a whole, as well as to understand why there is a scarcity of women's bibliographies in the subjects of the Economics course, and to contribute to the overall training of future economists.

Keywords: Economic thought. Women. Feminism. Economic theory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. PAPEIS DE GÊNERO NA SOCIEDADE	9
2.1 O ESTIGMA DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA EVOLUÇÃO	10
2.2 A EVOLUÇÃO DO FEMINISMO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	13
2.3 GÊNERO E ECONOMIA.....	17
3. AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NA HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA.....	21
3.1 PRISCILLA WAKEFIELD	23
3.2 ROSA LUXEMBURGO	26
3.3 HARRIET TAYLOR MILL	28
3.5 MAREY PALLEY MARSHALL	32
3.6 MICHÈLE PUJOL.....	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade têm sido marcadamente distintos, resultando em diferenças no que se refere ao acesso ao poder, ao prestígio, e às oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. No campo das Ciências Econômicas, essa disparidade se manifestou de forma notória. Como apontam Blas e Abaroa (2007, p. 7), “as economistas mulheres não são diferentes dos economistas homens, mas sua aparição na história do pensamento econômico estava fora de sintonia”. Essa desarmonia, fruto de uma estrutura social que relegava as mulheres ao papel de cuidadoras e donas de casa, impôs barreiras à sua participação e valorização no desenvolvimento das teorias econômicas.

Historicamente, o ambiente profissional da economia foi dominado pela figura masculina, em grande parte devido ao estereótipo que associava a inteligência e a capacidade analítica exclusivamente aos homens. Como observa Cicarelli e Cicarelli (2003, p. 11), “mulheres desempenharam papel vital no desenvolvimento da economia moderna quase desde seu início [...] no entanto, as contribuições das mulheres para o ramo foram tudo menos reconhecidas”. Essa negligência, combinada com a falta de incentivo para que as mulheres se dedicassem aos estudos ou seguissem carreiras fora do âmbito doméstico, resultou em uma ausência quase total de vozes femininas nos textos e discussões acadêmicas tradicionalmente conhecidos.

Apesar desse cenário, há indícios de algumas mudanças devido a movimentos e alterações sociais que tem contribuído para reforçar o papel da mulher na sociedade e seu reconhecimento profissional, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado, o crescimento do número de mulheres responsáveis pela criação dos filhos sozinhas, e o ressurgimento do feminismo, que trouxe à tona a necessidade de mudanças nas políticas públicas. Essas transformações abriram caminho para uma maior inclusão das mulheres na economia, além de incentivar economistas feministas a desafiar as narrativas tradicionais e a enriquecer o pensamento econômico com suas perspectivas.

A justificativa dessa pesquisa se baseia na lacuna existente no campo dos estudos econômicos, que historicamente tem negligenciado as relações sociais de gênero em suas análises. A economia, como disciplina, tem tradicionalmente sido

moldada por perspectivas majoritariamente masculinas, o que resultou em uma visão limitada e, por vezes, parcial da realidade econômica. Essa ausência de um enfoque que considere as relações sociais de sexo além de empobrecer o entendimento dos fenômenos econômicos, perpetua desigualdades de gênero, subvalorizando as contribuições das mulheres para o desenvolvimento do pensamento econômico.

Apesar do avanço nos últimos anos em relação à valorização da mulher na sociedade, ainda é insuficiente a visibilidade das mulheres economistas na historiografia econômica tradicional. Suas teorias e análises, que muitas vezes desafiaram as normas estabelecidas e trouxeram novas percepções para a compreensão da economia, permanecem sub-representadas nos currículos e nos debates acadêmicos.

É notável a presença de subjetividade nas pesquisas científicas devido à predominância das perspectivas e experiências de um grupo específico de pessoas em vários campos do saber, principalmente homens. Essas visões limitadas levam a uma análise parcial que frequentemente negligencia aspectos fundamentais e vivências de outros grupos sociais, como as mulheres. Como resultado disso tudo as pesquisas científicas acabam sendo incompletas ao não abrangerem a diversidade das experiências humanas por completo, algo que pode influenciar tanto na formulação de hipóteses quanto na interpretação dos dados coletados. Dentro desse cenário específico é essencial promover a produção científica entre as mulheres para trazer perspectivas novas para o debate acadêmico. Isso possibilitaria a introdução de diferentes pontos de vista, experiências variadas e métodos de análise diversos que ajudariam a enriquecer o entendimento da realidade em sua totalidade. Ao examinar as mesmas situações sob múltiplos ângulos, torna-se possível aprofundar o conhecimento científico, ampliar horizontes interpretativos e garantir uma compreensão mais abrangente do mundo com maior equidade. E no campo das ciências econômicas não seria diferente.

Dessa forma, esse estudo se justifica pela necessidade de ampliar a discussão sobre o papel das mulheres no desenvolvimento do pensamento econômico, oferecendo um recorte histórico que resgate a trajetória das primeiras economistas e as principais teorias por elas desenvolvidas. Ao dar voz a essas pioneiras, o trabalho busca preencher uma lacuna histórica, e enriquecer o pensamento econômico contemporâneo, trazendo à tona perspectivas que foram, durante muito tempo, ignoradas ou marginalizadas.

Portanto, esse estudo objetiva-se em analisar e destacar as contribuições de algumas economistas mulheres para a formação do pensamento econômico, assim como na economia política.

Esse estudo tem como principal recurso metodológico a revisão de literatura, abrangendo livros, artigos e outras fontes relevantes, com o objetivo de aprofundar contextos que se referem a temática proposta e explicar a realidade investigada, e assim dar embasamento teórico a partir da concepção de autores renomados na área das ciências econômicas e pesquisadores diversos.

Conforme Gil (2002) a revisão de literatura em uma obra escrita é importante por fundamentar a pesquisa, ou seja, evidenciar as fontes que foram consultadas e as quais foram baseadas para desenvolver o trabalho. A revisão de literatura busca analisar os estudos já publicados sobre o assunto ou área do conhecimento em foco. Seu objetivo é compilar um panorama do conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas na literatura e sugerir direções para investigações futuras.

A análise dos dados e informações da revisão de literatura será feita através de uma abordagem qualitativa, que é descrita por Silveira e Córdova (2009) como um tipo de pesquisa que não busca representatividade numérica, e concentra-se na ampliação da compreensão de um grupo social, uma organização, entre outros. Em grande parte, pesquisas qualitativas englobam métodos de levantamento bibliográfico, análise documental, entrevistas, dentre outros.

A coleta de dados foi conduzida utilizando as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de periódicos CAPES e Google Acadêmico, através das palavras-chaves: pensamento econômico, mulheres, feminismo, teoria econômica.

Portanto, o trabalho inicia abordando de forma geral sobre economia e gênero, trazendo uma análise sobre o sistema patriarcal e o estigma vivenciado pelas mulheres desde tempos passados, e como o feminismo reivindicou direitos e igualdade de oportunidades, incluindo na economia, inserindo na discussão o termo “economia feminista”. Em sequência, o trabalho traz as contribuições de mulheres na história da economia política através da perspectiva de Priscilla Wakefield, Rosa Luxemburgo, Harriet Taylor Mill, Mary Palley Marshall e Michèle Pujol, que, em diversas situações eram desvalorizadas por serem mulheres, sem possibilidade de estudos, e reconhecimento sob suas teorias, mas que mesmo diante de tamanha resistência, discutiram sobre questões de gênero, justiça social e desigualdade, com

uma perspectiva real da época. Priscilla foi escolhida por criticar a visão falocêntrica do *Homo Economicus*; Rosa por simplesmente desenvolver ideias que não eram necessariamente vinculadas à economia feminista; Harriet e Marey por embora terem contribuído para o pensamento econômico, foram apagadas pelas contribuições de seus maridos; e por fim Michèle, escolhida por justamente propor uma organização bibliográfica sobre as contribuições das mulheres para economia.

2. PAPEIS DE GÊNERO NA SOCIEDADE

Antes de aprofundar na temática central desse estudo, que se refere às contribuições das economistas mulheres clássicas para a formação do pensamento econômico, é importante estabelecer um contexto que situe a temática de forma mais ampla. Para compreender, de fato, o impacto dessas economistas, é necessário refletir sobre os caminhos árduos que as mulheres percorreram ao longo da história para alcançar uma posição onde pudessem contribuir, mesmo que suas vozes tenham sido subvalorizadas ou ignoradas. Essa retomada se faz necessária, pois compreende-se como os gêneros e seus papéis sempre performaram de maneiras distintamente determinadas na sociedade e, consequentemente na economia.

Dessa forma, é importante abordar sobre o sistema patriarcal e o estigma vivenciado pelas mulheres desde sempre, que moldaram a forma de percepção sobre elas e a inferiorizaram a papéis de donas de casa, responsáveis pelo lar e criação dos filhos, sem nenhuma participação e/ou presença na educação e mercado de trabalho.

A relação entre gênero, papéis de gênero, feminismo e economia pode parecer complexa, no entanto, está interligada. Gênero refere-se às construções sociais e culturais que definem o que é considerado masculino e feminino, enquanto os papéis de gênero são as expectativas e normas comportamentais atribuídas a homens e mulheres com base nessas construções. Ao longo da história, essas expectativas foram moldadas por um sistema patriarcal que limitava o papel das mulheres ao espaço doméstico, e justificava essa limitação através da naturalização de suas funções como cuidadoras e donas de casa.

O feminismo, movimento que surgiu no século XIX, veio como uma crítica a essa estrutura opressiva, desafiando as normas de gênero estabelecidas e reivindicando a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em todas as

esferas da vida, incluindo a econômica. A economia, por sua vez, é um campo que, apesar de se apresentar como objetivo e neutro, tem sido historicamente influenciado por essas mesmas dinâmicas de poder. A marginalização das mulheres no mercado de trabalho e a subvalorização de suas contribuições intelectuais refletem as desigualdades estruturais que permeiam tanto o sistema econômico quanto a sociedade em geral.

Portanto, essa seção começa com uma discussão sobre o estigma associado ao papel das mulheres na sociedade ao longo da história, explorando como esses papéis foram construídos e como evoluíram ao longo do tempo. Em seguida, será abordada a importância do movimento feminista na desconstrução dessas normas e na abertura de novos espaços para a atuação das mulheres, inclusive no campo econômico. Finalmente, a discussão será direcionada para a relação entre gênero e economia, abordando a inserção das mulheres nos estudos da economia.

2.1 O ESTIGMA DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA EVOLUÇÃO

Para compreender sobre os principais desafios da mulher economista nas relações de trabalho na economia brasileira, é importante abordar sobre o sistema patriarcal e o estigma vivenciado pelas mulheres desde tempos passados, que moldaram a forma de percepção sobre elas e as inferiorizaram a papéis de donas de casa, responsáveis pelo lar e criação dos filhos, sem nenhuma participação e/ou presença na educação e mercado de trabalho.

A história das mulheres ao longo dos séculos foi marcada por uma série de desafios e restrições impostas pela estrutura patriarcal dominante. Como observado por Davis (2016), as mulheres eram privadas de seus direitos e relegadas a uma vida de submissão aos maridos, com a responsabilidade exclusiva de cuidar dos filhos e da casa. Esse modelo de sociedade refletia uma concepção enraizada de papéis de gênero, onde as mulheres eram vistas como inferiores e destinadas a ocupar um lugar secundário na sociedade.

Perroux (2006, p. 31) relembra que em sua vida, desde que se tem memória, a sua preparação foi exclusivamente para essas funções destinadas ao seu gênero. Conforme a autora, as primeiras iniciativas de educação destinadas às mulheres possuíam como objetivo formar a esposa “ideal” e da mulher/mãe instituída de valores

morais e religiosos. Essa educação não tinha como objetivo promover a emancipação das mulheres, mas, sobretudo, fortalecer sua função de mãe e cuidadora do lar.

Conforme Guaciara Lopes Louro (1997, p. 46), dentro daquele contexto social a mulher deveria ser educada e não instruída, por que, segundo ela:

[...] na opinião de muitos, não havia por que mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro.

Compreende-se, portanto, que as mulheres eram excluídas de determinados ambientes, pois já haviam lugares predeterminados para o seu pertencimento. Segundo Davis (2016), especialmente aqueles relacionados à socialização e à política, situação que reflete sistemas patriarcais que historicamente mantiveram as mulheres em uma posição subordinada.

Além disso, as mulheres eram vistas como extensões dos homens a quem estavam vinculadas, no caso seus maridos, e suas vestimentas eram uma maneira de fortalecer a posição e a experiência desses maridos na sociedade. Isso não apenas reduzia as mulheres a um papel secundário, mas também as transformava em símbolos visuais da autoridade de gênero e das desigualdades sociais (Hooks, 2018).

Por muitos anos, conforme Costa *et al.* (2019) as mulheres foram mantidas afastadas do conhecimento intelectual¹. Lorde *et al.* (2019) aponta que, após a Revolução Francesa, com o surgimento da burguesia, as mulheres foram convocadas a desempenhar o seu "papel social" na educação de seus filhos. Segundo Del Priore e Bassanezi (2007), na trajetória da educação brasileira, a participação feminina gradualmente se consolidou em resposta à necessidade de atendimento às demandas das escolas e à escassez de professores do sexo masculino no ensino básico.

Denominado de "feminização do magistério", de acordo com Perroux (2006), esse fenômeno está relacionado à expansão da industrialização e à urbanização, à medida que surgiam mais oportunidades de emprego para os homens em outros setores. Devido à falta de atratividade salarial no magistério, a profissão passou a ser considerada como "trabalho para mulheres". Segundo Costa *et al.* (2019) a baixa

¹ A educação era uma responsabilidade masculina, com alunos predominantemente desse sexo. O ensino era conduzido, principalmente, por religiosos, como padres jesuítas, ou por tutores, contratados por aqueles que desfrutavam de melhores condições financeiras.

remuneração às mulheres era socialmente justificada, uma vez que seu trabalho era visto como complemento da renda familiar.

Deste modo, mesmo após as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, a concepção de controle permanecia subjacente às atividades que elas desempenham. Até a independência do Brasil, a educação popular não era uma realidade, porém, após esse marco, o ensino, pelo menos de acordo com a previsão em lei, tornou-se público e universal. Esse avanço ocorreu com a promulgação da primeira lei de ensino em 1827, que concedia às mulheres o direito à educação, embora com currículos diferenciados em relação aos homens, e permitiu que meninas frequentassem a escola primária (Kahwage; Severi, 2019).

Apesar da garantia legal à educação, a maioria das mulheres não tinha acesso à instrução, exceto aquelas pertencentes às elites. Além disso, foram impostas às mulheres condições adicionais para atestar sua conduta moral para serem contratadas no mercado de trabalho. Essa ênfase na moral tinha como objetivo não apenas fornecer educação às mulheres, mas também como uma tentativa de controlar seu comportamento (Del Priore; Bassanezi, 2007). Essa abordagem é corroborada pela análise de Catani (1994, p. 28):

[...] a ênfase do ensino feminino [era] nas boas maneiras, nas técnicas, na aceitação da vigilância, na aparência, na formação moralista. Coisa adequada quando o ensino fundamental se destinava às classes populares, pois o que estava em jogo não era difundir as perigosas luzes do saber, mas disciplinar as condutas e refrear a curiosidade.

No entanto, ao longo dos séculos, apesar de forma lenta e muitas vezes atrasada, as mulheres começaram a conquistar seus direitos e a reivindicar seu espaço na esfera pública. Sua evolução se inicia no século XIX e início do século XX, em que o feminismo focou na conquista de direitos básicos, como o direito ao voto e à educação (Costa *et al.*, 2019).

No Brasil, o direito ao voto aconteceu em 1932, conquista que permitia o exercício da cidadania para mulheres casadas, viúvas e solteiras, desde que comprovassem renda. Em 1934, essas restrições foram eliminadas, e somente após 14 anos, foi determinado às mulheres a obrigatoriedade do voto. E como exposto anteriormente, o direito a educação também foi um processo longo, com seu acesso além do ensino fundamental somente em 1827, com a promulgação da Lei Geral em

15 de outubro. O acesso ao ensino superior foi permitido apenas em 1879, embora com restrições: as candidatas solteiras precisavam de autorização dos pais, e as casadas necessitavam do consentimento por escrito de seus maridos (Perrou, 2005).

A aquisição desses direitos representou um marco na luta pela igualdade de gênero, com a inserção no mercado de trabalho sendo um dos aspectos mais significativos desse processo de emancipação. À medida que as mulheres conquistavam o direito ao trabalho remunerado, elas passaram a desafiar as normas tradicionais de gênero e a reivindicar sua independência econômica e social.

Essa transformação social foi acompanhada por uma série de movimentos feministas que buscavam questionar e subverter as estruturas patriarcais que limitavam o potencial das mulheres. Segundo Hooks (2018), esses movimentos lutaram por direitos fundamentais, como o direito ao voto, à educação e à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Como resultado dessas lutas, foram alcançados importantes conquistas legislativas e sociais, que abriram caminho para uma maior participação das mulheres em diversas esferas da vida pública.

2.2 A EVOLUÇÃO DO FEMINISMO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Ao relacionar perspectiva das mulheres nas ciências econômicas e sua desvalorização, é possível traçar um paralelo entre a busca pela igualdade de oportunidades no ensino superior e as conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo do tempo. Isso permite apreciar o progresso até agora e, ao mesmo tempo, destacar os desafios contemporâneos que persistem. Portanto, esta análise histórica é essencial para situar o estudo sobre as mulheres economistas, considerando que as dificuldades e adversidades são as mesmas encontradas para mulheres de diversas profissões, pois a desvalorização pessoal e profissional só fazia distinção de gênero.

Esta seção, portanto, se inicia com uma frase dita por Michele Perrou, ao mencionar que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2005, p. 33). Esse trecho destaca a construção histórica das representações de gênero na sociedade, especialmente a subordinação e silenciamento das mulheres ao longo do tempo, afinal, a desvalorização sistemática do gênero feminino em relação ao masculino, possui uma disparidade que perdura desde sempre.

As mulheres eram excluídas de determinados ambientes, pois esses lugares pertenciam aos homens, especialmente aqueles relacionados à socialização e à política, situação que reflete sistemas patriarcais que historicamente mantiveram as mulheres em uma posição subordinada (Nogueira, 2001).

Essas práticas históricas de exclusão e subordinação das mulheres têm importante impacto nas lutas feministas ao longo dos anos. Segundo Biroli (2016) o movimento feminista buscou romper com esses padrões opressivos, reivindicando o direito das mulheres de acessar todos os espaços e de serem agentes ativos em todas as esferas da sociedade.

Entretanto, Hooks (2018, p. 17) destaca que “uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti homem”. Ao contrário disso, o feminismo segundo Davis (2016) é um movimento sociopolítico e cultural que busca a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres em relação aos homens, bem como a desconstrução das estruturas de poder patriarcais que historicamente oprimiram e marginalizaram as mulheres.

No que diz respeito à emancipação, Alves e Alves (2013) destacam seu significado ao mencionar a independência de desfrutar dos direitos civis, concepção essa que corrobora com os princípios de Betto (2001, p. 20):

[...] emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...]

A evolução do feminismo ao longo da história reflete a complexidade das relações de gênero e os desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos sociais e históricos.

O feminismo tem suas raízes em várias épocas e lugares, mas ganhou destaque significativo a partir do final do século XIX. No contexto pós-Revolução Industrial e durante o Iluminismo, as discussões sobre direitos civis e igualdade de todos os seres humanos abriram espaço para questionamentos sobre a posição subordinada das mulheres na sociedade. As reivindicações às oportunidades educacionais, políticas e profissionais para as mulheres foram desafiadas, especialmente nos séculos XIX e XX, quando o movimento feminista começou a ganhar força (Biroli; Miguel, 2015).

Sua evolução histórica se inicia no século XIX e início do século XX, em que o feminismo focou na conquista de direitos básicos, como o direito ao voto e à educação (Costa *et al.*, 2019). Destacou-se a luta de mulheres como Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton nos Estados Unidos e Emmeline Pankhurst no Reino Unido.

Nos anos 60 e 70, houve maior concentração em questões mais amplas, incluindo a igualdade no local de trabalho, direitos reprodutivos e combate à violência doméstica (Moraes, 2012). Feministas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Gloria Steinem lideraram essa fase, que também abordou questões de sexualidade e identidade.

Neste período, a publicação de "O Segundo Sexo" em 1949 por Simone de Beauvoir foi um marco crucial na teoria feminista. A obra desafiou as visões tradicionais sobre a mulher e explorou as raízes da opressão feminina. Beauvoir argumentou que a construção cultural da mulher como o "outro" em relação ao homem resultava em sua subordinação. Ela analisou como as noções de feminilidade eram impostas às mulheres, limitando seu potencial individual e restringindo suas escolhas. Beauvoir também explorou questões de sexualidade, maternidade e o papel das mulheres na sociedade (Beauvoir, 2014).

Em 1963, a obra "A Mística Feminina" de Betty Friedan, teve destaque no movimento feminista nos Estados Unidos. Friedan analisou a insatisfação e o vazio vivido por muitas mulheres em meados do século XX, mesmo quando atingiam os padrões de sucesso da época, como o papel de dona de casa e mãe. Ela cunhou o termo "a mística feminina" para descrever o ideal de realização das mulheres apenas por meio de suas funções domésticas (Friedan, 1971).

Em 1972, Gloria Steinem co-fundou a revista "Ms.", que se tornou uma plataforma essencial para discutir questões feministas e desafiar as normas de gênero. A revista ofereceu um espaço para mulheres compartilharem suas experiências e perspectivas, ao mesmo tempo em que abordam questões políticas, sociais e culturais relevantes. Steinem ajudou a dar voz às preocupações das mulheres e aumentar a conscientização sobre a desigualdade de gênero (Costa *et al.*, 2019).

Diante de tantas figuras representativas e poderosas, a partir das décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma explosão de movimentos feministas em todo o mundo, e nos anos 90, o feminismo se expandiu, para enfrentar a diversidade das experiências das mulheres, incluindo raça, orientação sexual e classe social (Alves; Alves, 2013).

O movimento continuou com fortes contribuições femininas, como Bell Hooks, Audre Lorde e Kimberlé Crenshaw destacam a interseccionalidade e a importância de abordar diferentes formas de opressão.

Lorde defendeu a importância de reconhecer a interseccionalidade das opressões, ou seja, as maneiras pelas quais raça, gênero, classe e orientação sexual se entrelaçam para moldar as experiências das pessoas. Ela enfatizou que as mulheres não enfrentam apenas uma forma de opressão, mas várias, e que é fundamental considerar essas complexidades ao lutar por igualdade (Lorde *et al.*, 2019).

Em suas contribuições em prol do movimento feminista, Hooks (2018), argumenta que masculinidade patriarcal é caracterizada pelo incentivo ao narcisismo patológico, à infantilidade e à dependência psicológica dos privilégios que os homens recebem simplesmente por terem nascido como homens biologicamente. Deste modo, sobre a importância do feminismo em relação a cultura patriarcal, a autora supracitada destaca:

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas (Hooks, 2018, p. 23).

Deste modo, a conscientização feminista revolucionária não se limita à análise crítica, mas também busca empoderar as mulheres para agir e promover mudanças. À medida que as mulheres entendem as dinâmicas de opressão, elas se tornam mais capacitadas para desafiar o sistema, criar alianças, buscar a garantia nos espaços de poder e trabalhar para transformar estruturas sociais injustas.

Hooks (2018, p. 26) ainda menciona que a “conscientização feminista para homens é tão essencial para o movimento revolucionário quanto os grupos para mulheres”. Esse pensamento está inserido também na obra de Davis (2017). Segundo a autora supracitada, os homens também precisam ser envolvidos nesse processo, uma vez que o patriarcado não é apenas um sistema que afeta as mulheres, mas também molda as experiências masculinas. Os homens são socializados dentro desse sistema, muitas vezes adotando comportamentos e atitudes que reforçam a opressão de gênero.

A conscientização feminista para homens envolve uma profunda reflexão sobre os privilégios e responsabilidades que a sociedade confere a eles simplesmente por serem homens. Segundo Hooks (2018, p. 26) se houvesse destaque em grupos para homens, que “ensinassem garotos e homens sobre o que é sexismo e como ele pode ser transformado, teria sido impossível para a mídia de massa desenhar o movimento como sendo anti-homem. Teria também prevenido a formação de um movimento antifeminista de homens”.

2.3 GÊNERO E ECONOMIA

“Viver é um ato político” (Sánchez, 2020, p. 98). Para as mulheres, essa afirmação adquire um significado ainda mais reflexivo quando se considera a história de luta por direitos e igualdade. Essa perspectiva, que reconhece a vida cotidiana ligada às dinâmicas políticas, mostra a realidade de que as escolhas, oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres não são neutros, mas influenciados pelas estruturas de poder que moldam a sociedade. A economia, como um desses sistemas estruturais, influenciou na reprodução dessas desigualdades, ao mesmo tempo em que pode ser um campo de luta e transformação.

Importante inserir nesse tópico a discussão feita Bengoa (2018) ao trazer que o enfoque reprodutivo na economia tem suas raízes no *Tableau Économique* de Quesnay, de 1758, onde a economia é descrita como um processo contínuo de fluxos de bens e dinheiro, capaz de reproduzir suas próprias condições para manter a atividade econômica. Essa ideia, que associa a atividade econômica como um processo circular, influenciou economistas clássicos como David Ricardo (1965) e Karl Marx. Ambos reconheceram a necessidade de que os sistemas socioeconômicos reproduzissem suas condições materiais para garantir a continuidade da comunidade. Ricardo (1965), por exemplo, destacou a limitação do crescimento econômico devido à escassez de recursos naturais, enquanto Marx (1924) desenvolveu conceitos como mais-valia e metabolismo social, sugerindo que o capitalismo, ao destruir a natureza, acabaria se autodestraindo.

Marx aprofundou a análise ao afirmar que as condições de produção incluem a reprodução da força de trabalho, perpetuando uma lógica de desigualdade e exploração. Ele destacou que a acumulação primitiva foi essencial para o surgimento do capitalismo, que, baseado na exploração, continua a acumulação ao longo do

tempo (Bengoa, 2018). David Harvey (2006) expandiu essa perspectiva ao argumentar que as crises do sistema representam formas de "acumulação por despossessão", resultando em privatizações, cortes no setor público e um empobrecimento acentuado de parte da população.

No entanto, a autora supracitada mostra que Marx ignorou o trabalho doméstico e de cuidados realizado por mulheres, fundamental para a reprodução da força de trabalho, em sua teoria da acumulação. Ele focou apenas nos bens de mercado, deixando invisível essa atividade essencial, e necessário para a subsistência dos trabalhadores, e que acaba sendo subvalorizada e integrada de forma oculta no processo de acumulação capitalista, refletindo em uma visão patriarcal, desconsiderando a importância desse trabalho para a continuidade do sistema econômico (Bengoa, 2018).

Percebe-se, nesse sentido, a exclusão das mulheres da narrativa da economia como uma questão problemática e negligenciada dentro do pensamento econômico. Ademais, a disciplina, ao longo dos séculos, conforme Freitas (2021), tem sido enfatizada através de contribuições de homens, como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, enquanto as vozes e obras de mulheres que também foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento econômico têm sido ignoradas.

Segundo Akerlof e Kranton (2000), a identidade de gênero é de grande relevância nas análises e produções científicas em geral, e na economia não seria diferente. Observa-se que ao marginalizar as contribuições das mulheres, a disciplina econômica se priva de uma compreensão mais completa das questões de identidade e da formação de preferências e comportamentos econômicos, uma vez que homens e mulheres têm vivências e visões diferentes de um mesmo objeto de pesquisa.

Harriet Taylor Mill, por exemplo, colaboraram com John Stuart Mill, um dos mais influentes economistas e filósofos do século XIX, e desenvolveu suas próprias ideias sobre igualdade de gênero e justiça econômica (Gouverneur, 2018). Suas contribuições foram vitais para a evolução das teorias sobre o trabalho e o papel das mulheres na economia, mas, como observa Robeyns (2003), o apagamento histórico das mulheres da economia é um reflexo do patriarcado que permeia as ciências sociais.

Além disso, Priscilla Wakefield, em uma de suas obras (1798), discutiu a independência econômica das mulheres e a importância de proporcionar oportunidades educacionais e profissionais para elas. Wakefield, como muitas outras

economistas mulheres de sua época, foi ignorada pela tradição econômica dominante, que priorizava as perspectivas masculinas. Isso sugere, como apontado por Folbre (1994), que a economia, como campo, tem sido, de forma histórica, moldada por valores que subestimam o trabalho não remunerado e as contribuições das mulheres.

A ausência dessas e de outras vozes femininas do discurso econômico tradicional não é meramente uma falha acadêmica; é uma expressão de como as estruturas de poder moldam a produção do conhecimento. Como argumenta Harding (1991), a ciência, incluindo a economia, não é neutra; ela reflete os valores e interesses daqueles que têm o poder de definir o que é considerado conhecimento legítimo.

Associada a essa discussão, destaca-se o termo “economia feminista”, palavra-chave que ao inserida nas bases de dados, surge inúmeras pesquisas científicas. Em sua essência, a economia feminista, conforme Bengoa (2018), pode ser vista como uma proposta crítica e transformadora, que busca romper com o posicionamento político tradicional, falocêntrico, predominante na disciplina econômica. O objetivo da economia feminista é desafiar e reformular as discussões acerca do papel econômico das mulheres, evidenciando as condicionalidades a que estão sujeitas como agentes econômicos.

Um dos primeiros debates nesse campo, como aponta Fernandez (2018), foi a luta pelo reconhecimento do trabalho não remunerado, realizado no âmbito doméstico, como uma forma legítima e produtiva de trabalho. Esse debate se contrapõe à visão tradicional da economia, que historicamente ignorou essas contribuições ao limitar seu foco apenas aos bens e serviços transacionados no mercado e aos quais é atribuído um preço.

Corroborando com tal perspectiva, Silva (2020) reflete em seu estudo que a economia tradicional, ao não contemplar a perspectiva de gênero, negligência as diferenças de tratamento entre homens e mulheres no espaço econômico, resultando em discriminações contra as mulheres. Essa abordagem convencional não considera a produção doméstica, tampouco as trocas de valores de uso dentro das famílias, relegando essas atividades, tradicionalmente realizadas por mulheres, à invisibilidade. Assim, o trabalho doméstico e outras atividades não remuneradas permanecem fora do foco de interesse econômico, visto que não envolvem transações mercantis diretas.

A economia feminista, ao contrário, direciona uma crítica a essa visão limitada, propondo um novo olhar que questiona as bases estabelecidas desde o surgimento

da economia como disciplina científica autônoma no século XVIII. Esse campo de estudo destaca como a economia, ao ignorar as contribuições femininas fora do mercado formal, perpetua a invisibilidade e subvalorização do trabalho das mulheres, reforçando desigualdades de gênero (Bohn; Fernandez, 2020).

Conforme Fernandez (2018) foi a prática cotidiana e as mudanças nas condições sociais que impulsionaram as primeiras investigações sobre a condição feminina na economia. A partir de meados do século XX, com a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho durante e após as duas grandes guerras mundiais, surgiram novas questões que desafiavam a tradição econômica.

Dessa forma, as mulheres começaram a ocupar postos de trabalho que antes eram exclusivamente masculinos, trazendo à tona preocupações sobre participação no espaço público, tipos de ocupações, condições de trabalho, disparidades salariais, e a dupla jornada que combinava trabalho remunerado com responsabilidades domésticas, como mostra Hooks (2018).

Portanto, sob um panorama político, a discussão sobre a economia feminista se relaciona com a necessidade de dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas mulheres, particularmente no que diz respeito aos processos de despossessão a que foram historicamente submetidas. Além disso, busca resgatar a relevância humana e social dessas atividades, rompendo com uma longa trajetória de marginalização e esquecimento. Ao trazer à tona essas questões, a economia feminista visa reconhecer as contribuições das mulheres, reconfigurar o entendimento econômico para incluir perspectivas que foram sistematicamente ignoradas e desvalorizadas ao longo da história (Bengoa, 2018).

Além disso, essa discussão se amplia para reconhecer as contribuições na construção do pensamento econômico a partir de perspectivas femininas, que muitas vezes não são devidamente reconhecidas ou valorizadas. É importante destacar que, embora as reflexões dessas pioneiras da economia não estivessem exclusivamente centradas nas causas das mulheres no espaço econômico, elas empregaram diversas metodologias heterodoxas que hoje são defendidas por várias correntes de pensamento, para além da feminista, e desafiaram as ortodoxias econômicas de suas épocas, oferecendo alternativas analíticas que continuam a influenciar o campo da economia de maneiras profundas e variadas (Bohn; Fernandez, 2020).

Nesse sentido, a próxima seção trabalho busca recuperar a trajetória dessas mulheres na economia, evidenciando a relevância de suas contribuições para a evolução do pensamento econômico.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NA HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA

Os estudos econômicos são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e do funcionamento das sociedades ao longo da história. No entanto, a disciplina da Economia, por muito tempo, negligenciou questões de gênero e a influência das construções sociais na análise econômica (Alves, 2023).

Ferber e Nelson (2009), em seu trabalho, exploram como o conceito tradicional de "homem econômico" — um modelo de racionalidade e comportamento que dominou a teoria econômica — falha em capturar a complexidade das experiências e das contribuições das mulheres. A obra argumenta que a teoria econômica convencional, ao focar em modelos universais e descontextualizados de comportamento econômico, ignora a influência das variáveis de gênero e das dinâmicas sociais na formação das práticas e das políticas econômicas.

Portanto, os autores trazem uma reflexão da interseção entre gênero e as estruturas econômicas e sociais:

O ponto mais óbvio a ser feito sobre gênero e a construção social da economia é que, historicamente, e continuando até os dias atuais, os homens dominaram a comunidade de estudiosos que criaram a disciplina. Igualmente importante, o gênero também afeta a construção da disciplina em termos do ponto de vista a partir do qual o mundo é percebido e a forma como a importância e a relevância das questões são avaliadas. Certas atividades e experiências que são historicamente de maior interesse para as mulheres do que para os homens têm sido frequentemente negligenciadas. Além disso, mesmo quando os economistas tentam entender fenômenos de domínios tradicionalmente femininos como o lar e a família, os resultados são muitas vezes julgados como insatisfatórios por feministas que acreditam que a análise das experiências das mulheres é inadequada ou mesmo tendenciosa. (Nelson; Ferber, 2009, p. 2, tradução livre pela autora)

Esse enfoque é relevante considerando que o campo econômico tem tradicionalmente subestimado e/ou ignorado a importância do trabalho não remunerado, das responsabilidades domésticas e das desigualdades estruturais que

afetam as mulheres e outras minorias. Barker e Kuiper (2003, p. 3, tradução nossa) definem essa exclusão dentro da Ciência Econômica:

Originária da Grã-Bretanha e dominada por homens, a economia política clássica refletia as preocupações e perspectivas da classe industrial emergente. Isso teve um impacto não apenas na teoria econômica e na política, mas também na escrita de sua história. O surgimento da pesquisa feminista na história da economia gerou um interesse crescente no trabalho negligenciado de economistas mulheres, bem como um exame do papel das mulheres no trabalho dos economistas políticos clássicos e dos economistas posteriores. Um exame feminista da história intelectual da economia demonstra a perspectiva masculinista dos economistas e, ao fazer isso, muda fundamentalmente nossa compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico.

O trecho destacado acima associa-se ao pensamento dos autores Ferber e Nelson (2009), que ao examinar essas questões, destacam como a economia convencional muitas vezes falha em refletir a realidade diversificada das práticas econômicas e das interações sociais, contribuindo para uma visão limitada e imprecisa do funcionamento econômico.

Além disso, a obra abre espaço para uma melhor compreensão sobre a necessidade de integrar perspectivas de gênero e outras dimensões sociais no estudo econômico. Ferber e Nelson (2009) argumentam que uma análise econômica que considere a influência de gênero e as construções sociais enriquece a compreensão das relações econômicas, além de propiciar políticas mais equitativas.

Pujol (2003) *apud* Freitas (2021) defende a necessidade de reavaliar os paradigmas existentes na Economia para obter uma visão que vá além da perspectiva moldada por homens. Para alcançar essa mudança, o estudo sugere duas abordagens, sendo a primeira ampliar a voz de economistas feministas e de mulheres que analisam questões econômicas, muitas vezes em desacordo com o *status quo* tanto na sociedade quanto no campo da economia. Essa inclusão também deve incluir homens economistas que abordam questões de gênero de forma realista e em conformidade com o pensamento econômico feminista.

A segunda abordagem proposta é ir além do simples exercício do pensamento econômico, integrando uma crítica feminista contemporânea na análise da disciplina. Isso envolve desafiar o pensamento neoclássico com uma perspectiva feminista e reimaginar a estrutura da economia ao incluir essas análises (Pujol, 2003 *apud* Freitas, 2021).

Com intuito de incentivar a inserção de vozes femininas no estudo de Economia e obter uma perspectiva além da masculina, é importante destacar as contribuições de mulheres que desenvolveram suas próprias análises e teorias sobre o contexto socioeconômico. Portanto, os próximos tópicos exploram exemplos de mulheres que, através de sua visão, enriqueceram o entendimento econômico, e que apesar de não estarem presente em debates econômicos, nem reconhecidas nos livros das escolas regulares, introduziram seu conhecimento para contribuir com as dinâmicas econômicas e sociais.

3.1 PRISCILLA WAKEFIELD

Priscilla Wakefield, nascida em 1751 em Londres, no distrito de Tottenham, foi uma escritora, empresária e economista britânica cujas contribuições desafiavam as perspectivas econômicas masculinas de sua época. Com forte participação em reformas sociais, Wakefield se dedica a iniciativas para diminuir a pobreza em Tottenham, além de promover a educação das mulheres e incentivar a emancipação econômica feminina. Sua atuação também abrange áreas como política, ciência, história e geografia, refletindo um protagonismo que era pouco comum para mulheres do século XVIII (Freitas, 2021).

Entre suas realizações mais notáveis está a fundação do *Frugality Savings Bank*, considerado o primeiro banco de poupança na Inglaterra, criado para oferecer um meio seguro de economia de dinheiro para mulheres e trabalhadores de baixa renda. Essa inovação rendeu-lhe o título de “mãe das micropoupanças”, já que buscava conceder maior autonomia financeira a esses grupos (Freitas, 2021).

Com o tempo, o banco fundado por Priscilla Wakefield, voltado para mulheres e crianças, começou a atender também homens, ampliando o acesso ao serviço de poupança. Para garantir a segurança das economias depositadas, o banco contava com curadores que investiam seus próprios recursos, até o limite de £100 cada, em nome dos poupadores. Essas economias foram aplicadas em títulos de governo, que ofereciam um rendimento de 5%. Isso era uma importante inovação, já que apenas os mais ricos tinham acesso a esse tipo de investimento e à possibilidade de obter rendimentos sobre suas poupanças. Dessa forma, o banco aumentou a acessibilidade ao sistema financeiro para os mais pobres, e promoveu a inclusão econômica (Smith, 2004).

Essas mudanças transformaram o banco de um modelo puramente assistencialista em um modelo mais sustentável e orientado para a poupança, com um leque mais amplo de serviços financeiros. A expansão representou um passo importante para democratizar o acesso ao sistema financeiro, fortalecendo a inclusão social e econômica, e oferecendo um caminho para a autonomia financeira das pessoas menos favorecidas (Smith, 2004).

Na esfera das microfinanças, o legado de Priscilla Wakefield, embora não seja tão reconhecido, foi influente. Vários estudiosos creditaram à sua iniciativa a inspiração para Henry Duncan criar um banco de poupança em cada distrito da Escócia. Essa ação desenvolveu um movimento em direção à inclusão financeira no Reino Unido e em outras, ampliando o acesso de comunidades menos favorecidas aos serviços bancários (Lemire, 2011).

No entanto, o impacto completo das ideias de Wakefield levou mais de três décadas para ser compreendido pelo setor moderno de microfinanças, enquanto ela já havia começado a implementar esses conceitos em apenas cinco anos. Sua abordagem visionária, centrada na inclusão econômica, planta as sementes para o desenvolvimento de sistemas financeiros mais acessíveis e sustentáveis, reforçando a importância de oferecer oportunidades iguais para todas as camadas da sociedade (Lemire, 2011).

Segundo Forget (2021), Wakefield deve ser lembrada como uma figura que além de ser responsável pelo banco de poupança, também foi uma das primeiras mulheres a teorizar sobre a economia em um período dominado por economistas homens.

Contudo, apesar de suas contribuições, Wakefield, muitas vezes, é mais conhecido por seus papéis familiares, como o da mãe de Edward Wakefield, do que por suas ideias no pensamento econômico (Freitas, 2021). Isso pode ser relacionado com a tendência de relegar as realizações intelectuais das mulheres para um segundo plano, subestimando seu impacto no pensamento econômico. Em seu livro *Reflections on the Present Condition of the Female Sex*, publicado em 1798, Wakefield lançou uma crítica direta às ideias de Adam Smith, autor de *A Riqueza das Nações* (1776), que moldou a base das teorias econômicas modernas (Wakefield, 1978).

Wakefield (1978, p. 3) questionou a perspectiva de Smith, que ignorava o papel do trabalho não remunerado, que era realizado por mulheres, como elemento produtivo na sociedade, e no primeiro capítulo de seu livro, contesta o fato do autor

reconhecer apenas os homens como participantes ativos na sociedade por meio de seu trabalho, sem mencionar as contribuições das mulheres:

É afirmado pelo Dr. Adam Smith, que cada indivíduo é um fardo para a sociedade a que pertence, se não contribui com sua parte do trabalho produtivo para o bom funcionamento do todo. Ele não especifica absolutamente que ambos os sexos, para se tornarem membros benéficos da sociedade, são igualmente necessários para cumprir estes termos; as mulheres possuem as mesmas qualidades que os homens, embora talvez em um grau diferente, seu sexo não pode livrá-los da reivindicação do público por seus proporção de utilidade (tradução nossa).

Ela destacou como a teoria econômica clássica se concentrava no mercado masculino e negligenciava o trabalho doméstico, reforçando a visão do *Homo Economicus*, que representa um agente econômico exclusivamente masculino. Para ela, a ausência de contribuições femininas no pensamento econômico levou a um entendimento distorcido e desigual das dinâmicas sociais e econômicas.

Em um trecho de seu livro, Wakefield (1978, p. 150) traz reflexões sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade como um todo:

Os homens monopolizam não apenas os empregos mais vantajosos, e aqueles que excluem as mulheres do exercício deles, pela publicidade de sua natureza, ou pelo amplo conhecimento que exigem, mas até mesmo muitos daqueles que são consistentes com o caráter feminino. Outro forte desencorajamento à indústria das mulheres é a desigualdade da recompensa de seu trabalho, em comparação com a dos homens, uma injustiça que permeia todas as espécies de emprego realizadas por ambos os sexos (tradução nossa).

A crítica acima não se limita a descrever uma desigualdade vista apenas no mercado de trabalho; ela expõe um sistema enraizado de desvalorização do trabalho feminino, o que desencoraja a participação das mulheres na indústria e em outras esferas de trabalho remunerado. Sua análise é, portanto, um chamado à transformação social, defendendo a necessidade de garantir um ambiente de trabalho onde as mulheres possam exercer suas capacidades e serem recompensadas de maneira igual.

As ideias de Wakefield (1978, p. 7) estavam bem à frente de seu tempo, e ela apontava a necessidade de uma investigação sobre as causas da deficiência de mulheres na economia, ou seja, entender por que elas não são capazes de participar do mercado de trabalho. Ela também desafia a ausência de educação para as

mulheres e afirma que há muitos empregos que elas poderiam fazer enquanto permanecessem dentro das normas sociais da época:

Há muitos ramos da ciência, bem como ocupações úteis, nos quais as mulheres podem empregar seu tempo e seus talentos, em benefício próprio e da comunidade, sem destruir as características peculiares de seu sexo ou exceder os limites mais exatos de modéstia e decoro (tradução nossa).

Sobre o trecho acima, Wakefield (1978) também descreveu em termos mais gerais o que ela considerava ocupações adequadas para o que ela via como três classes de mulheres. Ela imaginou que 'primeira e segunda classes' de mulheres poderiam ser empregadas em escrita, pintura, gravura, escultura, música e jardinagem paisagística, enquanto aquelas da 'terceira classe' poderiam ser adequadas para ensino, trabalho em lojas, papelaria, trabalho de boticário, confeitaria e doces, trabalho leve em torno de fabricação de brinquedos. A agricultura também era, de acordo com ela uma ocupação adequada para mulheres.

A escritora Katrine Marçal (2016), em *Who cooked Adam Smith's dinner?* reforçam a crítica de Wakefield, afirmando que, ao descrever o mercado, Smith mencionava os interesses do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro, mas deixava de considerar a mulher que comprava, preparava e limpava após o jantar. Marçal reitera a crítica de Wakefield, destacando como a invisibilidade do trabalho doméstico feminino no pensamento econômico clássico ainda persiste na teoria contemporânea.

As análises de Wakefield permanecem relevantes hoje, mostrando a importância de incorporar a perspectiva de gênero nas discussões econômicas. Sua obra desafiou as bases teóricas propostas de Adam Smith, e pavimentou o caminho para o desenvolvimento da economia feminista, que defende o reconhecimento do trabalho doméstico e dos cuidados como parte necessária do sistema econômico.

3.2 ROSA LUXEMBURGO

Rosa Luxemburgo, nascida Rozalia Luksemburg em 1871, na Polônia, foi uma das intelectuais marxistas mais influentes de sua época, destacando-se como filósofa, economista, política teórica e ativista revolucionária. Criada em uma família judaica, Luxemburgo desenvolveu desde cedo um espírito crítico e uma forte orientação para as lutas sociais (Ouviña, 2021).

Durante seus anos no ginásio (ensino básico, que se refere à segunda fase do nosso Ensino Fundamental e ao Ensino Médio), suas habilidades foram notadas nos estudos, mas também foram marcadas pela sua postura rebelde. Na sua adolescência, já participava do Partido do Proletariado, um movimento de orientação socialista. Ela esteve sob comando de uma greve que resultou na morte de quatro trabalhadores e levou à dissolução do partido, embora Rosa e os outros membros não tenham sido presos (Loureiro, 2009).

Em 1889, após a emissão de uma ordem de prisão contra ela – a primeira de muitas ao longo de sua vida –, Luxemburgo fugiu para a Suíça, onde ingressou no curso de Direito na Universidade de Ciências Aplicadas de Zurique. Durante seu período acadêmico, dedicou-se ao estudo da economia, da filosofia política e da sociologia, culminando na defesa de sua tese de doutorado, “O Desenvolvimento Industrial da Polônia”, em 1898. Essa obra consolidou seu entendimento sobre a exploração econômica e o papel do desenvolvimento industrial no contexto do imperialismo, tópicos que mais tarde ela aprofundaria em seus trabalhos teóricos (Loureiro, 2004).

Uma das principais lutas de Rosa Luxemburgo foi contra o revisionismo do marxismo, representada pela figura de Eduard Bernstein, que defendia uma transição gradual para o socialismo através de reformas no sistema capitalista. Em oposição, Luxemburgo argumentou que o socialismo não poderia ser realizado por meio de concessões, mas sim por uma revolução radical. Sua obra “Reforma ou Revolução” (1899) é uma crítica a essa perspectiva reformista, onde ela defende que o capitalismo, devido à sua natureza exploratória, não seria capaz de se reformar para beneficiar a classe trabalhadora (Zetkin, 2019).

Luxemburgo foi uma crítica ao imperialismo, observando que a expansão capitalista e a exploração dos recursos dos países colonizados eram associadas ao sistema capitalista. Em “A Acumulação do Capital” (1913), ela argumenta que o capitalismo depende da expansão de mercados externos e da exploração de regiões periféricas para sobreviver. Para Luxemburgo, essa necessidade de expansão imperialista eventualmente levaria a crises econômicas e conflitos globais, uma visão que antecipava as guerras do século XX (Loureiro, 2009).

Rosa Luxemburgo também foi uma defensora da autodeterminação nacional, acreditando que as nações oprimidas tinham o direito de buscar sua independência, uma posição que a diferenciava de outros líderes marxistas. Em seus escritos, ela

apoiava a luta das classes trabalhadoras dentro dos países dominados e colonizados, acreditando que esses movimentos poderiam fortalecer a luta socialista global (Ouviña, 2021).

Durante a Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo criticou o apoio da social-democracia alemã ao esforço de guerra, acreditando que o conflito não era de interesse da classe trabalhadora, mas sim das elites capitalistas. Ela ajudou a fundar a Liga Spartacus, uma organização socialista radical que se opôs à guerra e defendeu uma revolução proletária na Alemanha. Em 1919, pouco após o início da Revolução Alemã, Luxemburgo foi assassinada durante a repressão ao levante espartaquista, tornando-se um símbolo de resistência e luta revolucionária (Zetkin, 2019).

Contudo, suas ideias influenciaram gerações de pensadores e ativistas, oferecendo uma perspectiva crítica sobre os mecanismos de exploração que perduraram no sistema econômico global, ao reafirmar a necessidade de uma revolução para alcançar a verdadeira emancipação da classe trabalhadora, defendendo uma visão de economia orientada pela justiça social e pela autodeterminação dos povos.

3.3 HARRIET TAYLOR MILL

Harriet Taylor Mill, nascida em 8 de outubro de 1807, em Londres, Inglaterra, foi uma figura de destaque no século XIX, conhecida por suas ideias progressistas sobre política, direitos das mulheres e economia (Freitas, 2022). Já na sua infância ela cultivava suas ideias que futuramente lhe colocariam como uma grande pensadora crítica das condições de inferioridade que a mulher foi submetida durante a evolução da história (Gomes, 2022).

Harriet foi criada em um ambiente religioso unitário-universalista, e foi através de sua comunidade que conheceu seu primeiro marido, John Taylor, um vendedor de produtos farmacêuticos e também membro ativo da paróquia. O casal casou-se em 1826 e teve três filhos: Herbert, Algernon e Helen Taylor (Freitas, 2022).

Harriet se envolveu com um jornal de paróquia editado por William J. Fox, outro forte defensor dos direitos das mulheres, onde publicou vários artigos que abordavam questões sociais e políticas, destacando sua preocupação com a igualdade de gênero e as reformas sociais. Harriet costumava participar de reuniões onde eram debatidas ideias políticas que desafiavam as normas da época. Foi nesse ambiente que ela

conheceu o filósofo e futuro marido, John Stuart Mill. Harriet rapidamente desenvolveu admiração por Mill, não apenas por suas ideias e maneira eloquente de se expressar, mas também porque, de acordo com suas próprias palavras, ele foi o primeiro homem a tratá-la como uma igual (Faria, 2009).

De acordo com Jacobs (1998), Harriet conheceu John Stuart Mill em 1830, alguns meses após o nascimento de Algernon e durante a gravidez de Helen. A relação entre Harriet e Mill, embora marcada por uma troca intelectual, foi mantida em grande parte por cartas ao longo de duas décadas. Eles discutiram temas como política, filosofia, direitos das mulheres e economia – assuntos que, para Harriet, eram essenciais em uma sociedade marcada por restrições ao pensamento e à expressão feminina,

Na era vitoriana, o divórcio era quase impossível e as mulheres casadas não tinham direitos legais ou autonomia financeira, o que restringia o papel das mulheres na sociedade. No entanto, Harriet conseguiu encontrar espaço para as suas ideias, mesmo sob a vigilância do seu primeiro marido, John Taylor, que acabou por tolerar a amizade entre ela e Mill (Freitas, 2022). Blas e Abaroa (2007) destacam que a primeira colaboração escrita entre Harriet e Mill, intitulada *Casamento e Divórcio* (1831-1832), defende a reforma das leis matrimoniais, abordando a desigualdade legal e moral do casamento tradicional. Posteriormente, a obra *Um Ensaio Antecipado* propunha romper com o conformismo social e apontava para uma sociedade mais moral e justa, uma visão compartilhada por ambos.

Após a morte de John Taylor em 1849, Harriet casou-se oficialmente com John Stuart Mill em 1851. O casamento foi atípico para a época, já que Harriet e Mill eram críticos do sistema matrimonial que subjugava as mulheres ao controle masculino. Em resposta às normas sociais, Mill chegou a publicar uma declaração repudiando a lei do casamento vigente e prometendo conceder a Harriet todos os direitos possíveis. O novo casamento de Harriet foi marcado por uma igualdade intelectual, algo que ela não havia experimentado em sua relação anterior (Freitas, 2022).

Importante destacar que diferente de Priscilla Wakefield e Mary Palley Marshall, que será discutida a seguir, publicou mais livros que discutiam sobre Economia. A colaboração entre Harriet e Mill influenciou os textos publicados sob o nome de Mill, como *Princípios de Economia Política* (1848) e *A Liberdade* (1859), ambos reconhecidos pelo próprio Mill como fruto de suas ideias conjuntas. Contudo, foi Harriet a autora de *A Emancipação das Mulheres* (1851), um texto próprio escrito

por ela, mas que, devido às restrições da época, foi publicado sob o nome de Mill. O livro enfatizou a necessidade de igualdade entre os sexos, propondo reformas legais e sociais que permitissem às mulheres participar plenamente da vida pública e econômica (Freitas, 2022).

Em “Princípios de Economia Política”, John Stuart Mill discute questões como a distribuição da riqueza e os efeitos das disparidades econômicas na sociedade, questões que foram moldadas pelas conversas entre ele e Harriet. Em uma passagem da obra, Mill critica o modelo econômico clássico que trata da riqueza e da propriedade privada como valores intocáveis. Ele argumenta que a distribuição da riqueza não é uma questão de “leis naturais” e que, portanto, pode ser alterada conforme as necessidades sociais. Harriet foi essencial para a formação desse pensamento, promovendo a ideia de que uma justiça econômica deveria transcender a propriedade individual em favor do bem-estar comum (Scoville; Oliveira, 2014).

Em a “Emancipação das Mulheres”, obra atribuída a Harriet, ela examina como a estrutura econômica afeta às mulheres, por relegá-las ao espaço doméstico e ao trabalho não remunerado. Harriet argumenta que a independência econômica é fundamental para que as mulheres alcancem igualdade e autonomia, desafiando o conceito de que o papel feminino estaria limitado ao lar e aos cuidados familiares. Ela afirma que as mulheres deveriam ter acesso igualitário às oportunidades de trabalho e aos ganhos econômicos, destacando que sua exclusão no mercado de trabalho perpetua uma sociedade desequilibrada (Miloni; Oliveira, 2019).

Corroborando com os autores supracitados, Freitas (2022) traz que Harriet Taylor Mill em suas contribuições abordavam com maior foco, tanto a dependência financeira das mulheres, muitas vezes ligada à falta de acesso à educação e oportunidades de trabalho, quanto às desigualdades na relação entre empregador e trabalhador. Em seu livro “A Emancipação das Mulheres”, ela defendeu o direito ao voto para mulheres e homens não brancos, tornando-se uma das primeiras a tratar da igualdade cidadã como um direito independente de gênero, algo que atraiu John Stuart Mill para levar essa questão ao Parlamento britânico em 1866, onde, infelizmente, a sua proposta foi considerada absurda e rejeitada.

Na obra “A Liberdade”, Mill também expandiu as discussões sobre liberdade individual e igualdade econômica, ideias corroboradas pelo pensamento de Harriet. Em uma das passagens do livro, Mill argumenta que a liberdade deve ser garantida não apenas no aspecto político, mas também no econômico, e que as barreiras ao

progresso individual e social precisam ser removidas. Harriet acreditava que a economia deveria incorporar os valores de equidade e justiça social, e essa influência é visível nas discussões sobre o papel do Estado na promoção de igualdade e nas críticas à acumulação de poder e riqueza nas mãos de poucos (Scoville; Oliveira, 2014).

Harriet iniciou a escrita de seu livro com questões influenciadas por uma convenção realizada em Massachusetts em 1850, que discutia a luta contra o racismo e as desigualdades de gênero e classe. Entre as resoluções, houve a defesa de que as mulheres deveriam poder se candidatar e que os representantes eleitos fossem obrigados a promover a igualdade de gênero e racial. No capítulo “Sobre o futuro provável das classes trabalhadoras” de “Princípios de Economia Política”, Harriet destacou a necessidade de mudanças para reduzir a dependência dos trabalhadores em relação a outras classes, observando que, apesar do progresso industrial, os ganhos não chegavam ao trabalhador, que continuava como simples assalariado. Ela chamou a atenção para a injustiça de que grande parte dos lucros da produtividade era destinada aos proprietários de terras, em vez de melhorar a remuneração dos trabalhadores. Harriet ainda sugeriu que as condições dos trabalhadores poderiam melhorar com o aproveitamento de terras férteis e a migração para novos países (Freitas, 2022).

Portanto, a influência de Harriet Taylor Mill, junto John Stuart Mill, contribuiu com o pensamento econômico da época introduzindo discussões sobre igualdade de gênero, justiça social e distribuição de riqueza. Suas ideias mostravam uma visão restritiva da economia como um campo que considerava apenas o interesse e o lucro individual, propondo uma abordagem que valorizava o bem-estar coletivo e o acesso igualitário aos recursos econômicos. Através de sua colaboração com John Stuart Mill, Harriet ajudou a expandir a discussão econômica para incluir questões sobre a independência econômica das mulheres e o impacto das desigualdades sociais. Seu pensamento abriu espaço para questionamentos que iriam moldar o desenvolvimento da economia feminista e continuar influenciando o discurso econômico nas gerações futuras.

3.4 MAREY PALLEY MARSHALL

Mary Paley Marshall, nascida em 24 de outubro de 1850 na vila de Ufford, perto de Stamford, Lincolnshire, foi uma economista britânica que ultrapassou as barreiras educacionais de sua época. Educada em casa, destacou-se nas línguas, e em 1871 conquistou uma bolsa para o *Newnham College*, o segundo colégio feminino fundado na Universidade de Cambridge. Em 1874, ela foi uma das primeiras mulheres a fazer o exame Tripos em Cambridge, um feito notável, pois as mulheres não eram permitidas a receber diplomas formais, mesmo após concluírem seus estudos com êxito (Martín, 2010).

Mary Paley Marshall foi avaliada por um painel de economistas e acadêmicos renomados, incluindo Alfred Marshall (com quem se casou mais tarde), Henry Sidgwick, John Venn e Sedley Taylor. Embora tenha alcançado resultados notáveis, ela não pôde receber um diploma oficial, e sua única comprovação foi uma carta confidencial dos examinadores. A realização de Marshall ao completar o exame Tripos foi um marco na história de Cambridge, pois simbolizou o avanço das mulheres na educação superior, mesmo com forte resistência institucional (Galindo; Ribeiro, 2011).

Além de sua luta para obter educação formal, Marshall contribuiu para o pensamento econômico da época. Em parceria com seu marido, Alfred Marshall, ela coescreveu *The Economics of Industry* (1879), um dos primeiros livros que abordou o estudo da economia. O livro influenciou o ensino da economia no Reino Unido e ajudou a estabelecer a economia como uma disciplina acadêmica mais estruturada. Embora o reconhecimento pelo trabalho tenha sido atribuído ao seu marido Alfred Marshall, ela ajudou na redação e estruturação do conteúdo. Seu estilo didático fez com que o livro fosse adotado pelo país na época, promovendo uma melhor compreensão da ciência econômica (Gouverneur, 2018).

Em 1875, aos 25 anos, Mary Paley Marshall tornou-se professora de economia no *Newnham College*, sendo a primeira mulher a lecionar na Universidade de Cambridge e garantindo a sua independência financeira. Lá ensinou economia às primeiras gerações de mulheres que foram admitidas no ensino superior. Ela se dedica a apoiar o avanço educacional das mulheres, encorajando-a a superar as restrições impostas por uma sociedade que limitava suas possibilidades profissionais e intelectuais (Martín, 2010).

Em 1876, Mary ficou noiva de Alfred Marshall, que foi seu tutor de economia e, na época, uma defensora do ensino superior para mulheres. Em 1878, o casal mudou-se para Bristol para fundar o ensino de economia no *University College*, onde Mary atuou como uma das primeiras professoras de economia, embora seu salário fosse parte do salário de Alfred. Juntos, eles escreveram *The Economics of Industry*, publicado em 1879 (Maloney, 2020).

Apesar de ter defendido o ensino feminino, Alfred mudou sua opinião sobre a presença das mulheres em Cambridge. Tornou-se cada vez mais contrário à educação feminina, chegando a escrever panfletos e cartas contra a concessão de diplomas às mulheres. Segundo Freitas (2022, p. 53) sobre o assunto:

Em um dos manuscritos de Marshall, de 1894, ele escreveu uma metáfora sobre a Economia ser uma caixa de ferramentas, que nos beneficia somente com coisas de valor, mas para isso é necessário alguém que saiba manuseá-la, ou seja, não é assunto para mulheres.

Em 1897, a universidade formalizou uma regra que impedia as mulheres de receberem diplomas, um posicionamento que Mary nunca contestava publicamente. Ela continuou ensinando no Newnham e no Girton College até 1916, mas Cambridge só começou a conceder diplomas formais a seus ex-alunos mais de 30 anos após sua aposentadoria.

Além de *The Economics of Industry* (o único livro publicado oficialmente por Mary Paley Marshall), ela escreveu dois artigos para o *Economic Journal*, um em 1896 e outro em 1902. Nesses textos, Mary analisou obras relacionadas à Conferência de Mulheres Trabalhadoras, realizada em Nottingham. Em um dos artigos, ela criticou o livro *Mais Restrições sobre o Trabalho das Mulheres* (1896), de Beatrice Webb, defendendo uma posição moderada sobre a regulação do trabalho feminino. Mary acreditava, em concordância com seu marido Alfred Marshall que deveria haver um equilíbrio entre as responsabilidades domésticas e profissionais das mulheres (Freitas, 2022). Em um trecho do seu livro, ela explica:

Na Inglaterra, muitas mulheres recebem salários baixos, não porque o valor do trabalho que fazem é baixo, mas porque tanto elas quanto seus empregadores têm o hábito de dar como certo que os salários das mulheres devem ser baixos. Às vezes, mesmo quando homens e mulheres fazem o mesmo trabalho na mesma fábrica, não apenas o salário-tempo, mas também o salário-tarefa das mulheres é menor do que o dos homens.⁷⁰ (Marshall; Marshall, 1879, p. 175, tradução nossa)

No artigo de 1902, Marshall revisou *Educated Working Women*, de Clara Collet, discordando da ideia de Collet de que haveria uma diferença natural entre as capacidades intelectuais de homens e mulheres, justificando profissões distintas e complementares para cada gênero, e não uma competição direta (Freitas, 2022).

Marshall e Marshall (1879) acreditava que, com a evolução da sociedade, a desigualdade entre gêneros poderia diminuir, embora suas causas persistissem. Mary Paley Marshall apresentou diversos argumentos usados por trabalhadores para subestimar o trabalho feminino, como a crença de que as mulheres são menos produtivas a longo prazo, devido à suposta falta de foco no trabalho, baixa persistência, julgamento inadequado para decisões complexas e menor capacidade física. Segundo essa visão, as mulheres estariam limitadas a funções menos remuneradas e altamente disputadas, o que resulta em empregos baixos, independentemente de seu desempenho no trabalho.

Para ela, a entrada das mulheres no mercado de trabalho exigia uma educação que ultrapassaria a instrução doméstica, preparando-se para lidar com os desafios profissionais e competir em igualdade com os homens. Ela defende que as mulheres deveriam ter acesso a uma formação acadêmica, capaz de desenvolver habilidades analíticas e técnicas que eram exigidas, além de valorizadas no mercado (Marshall; Marshall, 1879).

Marshall acreditava que, sem essa base educacional, as mulheres permaneceriam em uma posição de desvantagem econômica, sujeitas a funções subvalorizadas e com salários inferiores, independentemente de sua competência e dedicação. Além disso, ela argumentava que a educação ajudaria a mudar a visão dos trabalhadores, que muitas vezes viam as mulheres como trabalhadoras menos capacitadas. Para ela, a formação das mulheres deveria capacitá-las tanto para o trabalho quanto para posições de liderança, contestando o estigma de que o trabalho feminino é menos valioso (Marshall; Marshall, 1879).

Assim, a visão de Marshall propunha uma transformação na estrutura educacional, assim como na perspectiva econômica, enxergando a educação como fonte para promover igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho, possibilitando que as mulheres contribuam para o desenvolvimento econômico e social.

John Maynard Keynes, conforme relatado por Julianne Cicarelli (2003) tinha Mary com muita consideração, afirmando que ela era uma pensadora tão importante para a economia quanto a seu marido ou qualquer outro economista. Após a morte de Alfred em 1924, Mary tornou-se bibliotecária honorária da Biblioteca Marshall de Economia em Cambridge, para onde doou uma coleção de livros e artigos de seu marido. Ela trabalhou como bibliotecária por vinte anos, até que problemas de saúde a obrigaram a parar.

3.5 MICHÈLE PUJOL

Michèle Pujol é uma das figuras mais influentes na crítica feminista ao pensamento econômico, embora não tenha sido a pioneira nesse campo. Suas análises foram desenvolvidas para a compreensão das desigualdades de gênero no contexto socioeconômico (Carrasco, 2005). Nascida em 20 de abril de 1951, foi professora assistente no Departamento de Estudos Femininos da Universidade de Victoria e ocupante de uma cadeira na Universidade de Manitoba, dedicando sua carreira a investigar a invisibilidade das mulheres na economia e a propor uma reformulação de paradigmas econômicos tradicionais (Gomes, 2020).

A autora escreveu diversas pesquisas que analisam as questões socioeconômicas que afetam as mulheres, além de organizar e escrever uma bibliografia em vários volumes sobre as contribuições das mulheres para a economia. Sua obra mais importante, *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought*, é considerada uma referência para compreender como as mulheres foram tratadas na economia clássica e na primeira fase da economia neoclássica, destacando como o pensamento econômico da época falhou em não integrar a perspectiva de gênero (Carrasco, 2005). Pujol (1992) explora a forma como a teoria econômica convencional tem negligenciado o papel das mulheres, ao excluir as atividades não mercantis e a participação feminina na criação de “capital humano”.

Pujol (1992) e outros pesquisadores, como Nancy Folbre (2006), Evelyn Abel (1993), por exemplo, destacam como a teoria econômica tradicional tende a relegar as mulheres à margem do campo econômico, seja ao invisibilizar seu trabalho ou ao considerá-las como “exceções às regras”. De acordo com Pujol (1992), essa perepção reforça a ideia de que as mulheres não são agentes da atividade econômica, o que leva a decisões que refletem uma visão distorcida sobre o papel feminino na economia

e na sociedade. Para a autora, a economia convencional falha ao não integrar o trabalho não remunerado e o papel doméstico das mulheres como componentes do processo econômico, perpetuando, assim, uma perspectiva incompleta sobre a dinâmica econômica.

Ao analisar economistas clássicos como Alfred Marshall, Pujol (1992) critica a maneira como ele e outros teóricos descrevem as mulheres da classe trabalhadora como confinadas ao lar, com a função de criar “capital humano masculino”, enquanto os homens são encarregados de prover a família com um “salário familiar”. Sob a justificativa de proteção, Marshall reforça a ideia de que as mulheres devem assumir maior responsabilidade pelo cuidado da família e pelo investimento no capital humano das crianças, porém com um orçamento mínimo, justificado pela eficiência capitalista. A autora aponta que, apesar dessa lógica exigir um elevado nível de racionalidade econômica, Marshall não enxerga as mulheres como seres econômicos independentes, reforçando estereótipos de gênero e limitando sua participação no espaço público e no mercado de trabalho.

Nancy Folbre (2006) também enfatizou a importância de incorporar o trabalho de cuidados e a reprodução social na análise econômica, destacando como a teoria feminista contribui para expandir a compreensão das relações econômicas e das desigualdades de gênero.

Em seus escritos sobre Harriet Taylor, filósofa e defensora dos direitos das mulheres, Pujol e Seiz (2000) realizaram uma análise materialista das contribuições de Taylor, diferenciando-a da visão idealista e centrada no homem de John Stuart Mill. Elas também expandiram o cânone do pensamento econômico ao reintroduzir as análises feministas de outras economistas do século XIX, como Barbara Leigh Smith Bodichon, Millicent Garrett Fawcett e Eleanor Rathbone. Com isso, Pujol (1992) revitalizou o entendimento sobre as raízes do pensamento econômico feminista, mostrando como essas mulheres se desenvolveram para a discussão sobre desigualdade econômica muito antes do feminismo contemporâneo trazer essas questões para o primeiro plano.

A autora, além de atuar na história da economia feminista, também contribuiu na economia contemporânea, de forma geral. Ela buscou ampliar a metodologia de pesquisa econômica, propondo a inclusão de abordagens qualitativas e interseccionais para captar melhor as realidades socioeconômicas das mulheres. Um exemplo dessa atuação foi sua participação em um estudo sobre a implementação de

políticas de equidade salarial no Canadá, que foi descoberto em um livro publicado pela Universidade de Manitoba. Ela também foi editora associada da revista *Feminist Economics*, na qual, em parceria com Nancy Folbre, publicou uma seção sobre questões feministas na contabilidade nacional e nas prioridades de pesquisa externas para a produção não mercantil (Carrasco, 2005).

Além disso, Pujol destacou a necessidade de revisar a contabilidade nacional para incluir o trabalho não remunerado, geralmente realizado por mulheres, como componente importante da economia. Como membro fundadora da *International Association for Feminist Economics*, ela foi uma defensora da integração das experiências femininas na análise econômica. Em suas contribuições para a revista *Feminist Economics*, ela propôs que a economia fosse recompensada de modo a incorporar não apenas as questões de gênero, mas também as dimensões de classe, raça e outras desigualdades estruturais (Bengoa; Corral, 2022).

Pujol (1992) argumentou que a economia feminista não deveria apenas incluir as mulheres no discurso econômico, mas também reimaginar a estrutura da disciplina para refletir as interseções de poder que moldam as experiências socioeconômicas. Barker e Kuiper (2003) ecoam essa perspectiva ao afirmar que a restrição da economia para incluir as vozes femininas permite uma compreensão mais completa das dinâmicas econômicas, resultando em políticas mais representativas.

Assim, Michèle Pujol expandiu os limites do pensamento econômico, e elaborou um corpo teórico que desafiou as bases da economia tradicional, propondo uma visão diferente das dinâmicas econômicas e sociais. Suas análises ajudaram a moldar o campo da economia feminista contemporânea, enfatizando a necessidade de reconhecimento do trabalho de cuidados e as relações de gênero como temas para a compreensão do sistema econômico.

Ante ao que foi exposto nesse capítulo, observa-se que as contribuições de mulheres como Priscilla Wakefield, Rosa Luxemburgo, Harriet Taylor Mill, Mary Paley Marshall e Michèle Pujol foram importantes para enriquecer o pensamento econômico, cada uma delas introduzindo perspectivas que em parte, se conciliaram, e que ampliam o entendimento sobre as dinâmicas econômicas e sociais. Essas mulheres, apesar de muitas vezes ignoradas em debates econômicos tradicionais e ausentes dos currículos escolares, abordam questões de gênero, justiça social e desigualdade com uma visão real a sua época, e que hoje, veio a moldar as estruturas sociais. Ao romperem as barreiras de seu tempo, elas pavimentaram o caminho para que as

futuras gerações pudessem questionar e reimaginar as estruturas econômicas, integrando os valores de igualdade e justiça em um campo que historicamente lhes negava espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise representa apenas uma pequena contribuição diante do imenso conjunto de teorias e ideias elaboradas por pensadoras sobre questões econômicas que envolvem não apenas as mulheres, mas toda a sociedade. Apesar das limitações deste trabalho, fica evidente que houve contribuições femininas para a história do pensamento econômico, as quais não foram exploradas ou receberam o devido reconhecimento.

Sobre as contribuições das economistas discutidas nesse trabalho, foi possível observar tantos pontos de convergência quanto às divergências em suas teorias, refletindo a pluralidade de perspectivas sobre diferentes assuntos. O que, em primeiro lugar, converge, é o fato de serem mulheres, e de que, em diferentes momentos históricos, desafiaram as barreiras impostas pelo gênero para contribuir com o campo da economia. Todas enfrentaram contextos sociais que minimizaram ou ignoraram suas ideias, mas, ainda assim, produziram reflexões relevantes que questionaram e ampliaram os horizontes

No entanto, apesar dessa convergência, suas abordagens divergem em termos de foco teórico e metodológico. Por exemplo, enquanto Rosa Luxemburgo trouxe uma análise marxista, enfatizando a luta de classes e as contradições do capitalismo, Mary Paley Marshall, abordou questões relacionadas ao mercado de trabalho e à desigualdade de gênero sob uma perspectiva mais moderada, influenciada pelo pensamento econômico de seu marido. Michèle Pujol destacou a ausência e a marginalização das mulheres na história do pensamento econômico, enquanto Harriet Taylor Mill e Priscilla Wakefield exploraram temas como justiça social, educação e direitos das mulheres.

Contudo, as diferentes abordagens demonstram como a subjetividade enriquece a produção científica, trazendo nuances que muitas vezes escapam a uma perspectiva exclusivamente masculina. O ponto de vista feminino sobre a economia reflete vivências específicas, como a dupla jornada de trabalho, a desigualdade

salarial e o papel das mulheres na reprodução social, aspectos que homens não experimentam diretamente. Tal vivência, que é única para as mulheres, permite uma análise mais completa das dinâmicas econômicas, enriquecendo o debate acadêmico e fornecendo respostas às questões sociais.

Assim, reconhecer e resgatar suas obras é um passo importante para construir um campo do pensamento mais representativo, capaz de abordar os desafios econômicos com maior sensibilidade e profundidade.

Contudo, é importante trazer que, embora alguns estudos atuais abordem o tema, em seu contexto histórico, essas mulheres vivam sob à sombra de seus maridos, e suas teorias não eram consideradas, pois a mulher não era vista como alguém capaz de contribuir para a sociedade. Com a evolução do pensamento e o avanço do feminismo, essas mulheres chegaram a ser valorizadas, mas ainda de forma limitada, já que não são inseridas nas discussões acadêmicas na mesma medida que pensadores homens como Karl Marx, por exemplo.

Por isso, esse trabalho evidencia a necessidade de resgatar as publicações das mulheres sobre economia e política, para que esses estudos se tornem parte integrante da história do pensamento econômico, visto que suas teorias são válidas para a sociedade, e tão importantes quanto aos dos pensadores mais conhecidos da história. Suas reflexões enriqueceram o entendimento econômico de sua época, analisando tanto aspectos de curto quanto de longo prazo, e abordando questões que dizem respeito às mulheres e à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ABEL, Elizabeth. Black writing, white reading: Race and the politics of feminist interpretation. **Critical Inquiry**, v. 19, n. 3, p. 470-498, 1993.
- AKERLOF, George A.; KRANTON, Rachel E. Economics and identity. **The quarterly journal of economics**, v. 115, n. 3, p. 715-753, 2000.
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 29, 2013.
- BARKER, Drucilla K. et al. (Ed.). **Toward a feminist philosophy of economics**. London: Routledge, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.
- BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (Ed.). **Economia Feminista: Desafios, propostas e alianças**. Editora Jandaíra, 2022.
- BETTO, Frei. Marcas de batom: como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no Mundo. **ALAI, América Latina en Movimiento**, 2001.
- BIROLI, Flávia. **Teoria política e feminismo-abordagens brasileiras**. Horizonte, 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.
- BLAS, Luis Perdiges; ABAROA, Elena Gallego (Ed.). **Mujeres economistas: las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica ya su divulgación durante los siglos XIX y XX**. Ecobook, 2007.
- BOHN, Liana; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Mulheres na História do Pensamento Econômico: Economia, Literatura e Retórica em Marcet e McCloskey** Women in the History of Economic Thought: Economics, Literature and Rhetoric in Marcet and McCloskey. 2020.
- CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. **SOF-Sempreviva Organização Feminista**, 2005.
- CATANI, Denice Bárbara. Lutas pela profissionalização do magistério no Brasil: a participação das mulheres (1900-1920). **Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres: resumos das conferências e comunicações**, 1994.
- CICARELLI, Julianne. CICARELLI, James. **Distinguished Women Economists**. Editora Greenwood, 2003.

CICARELLI, Julianne. **Distinguished women economists**. Bloomsbury Publishing USA, 2003.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (Ed.). **Beyond economic man: Feminist theory and economics**. University of Chicago Press, 2009.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.

FOLBRE, Nancy. Measuring care: Gender, empowerment, and the care economy. **Journal of human development**, v. 7, n. 2, p. 183-199, 2006.

FOLBRE, Nancy. Roemer's Market Socialism: A Feminist Critique. **Politics & Society**, v. 22, n. 4, p. 595-606, 1994.

FORGET, Evelyn L. Joanna Rostek, Women's Economic Thought in the Romantic Age: Towards a Transdisciplinary Herstory of Economic Thought. **Æconomia. History, Methodology, Philosophy**, n. 11-3, p. 543-546, 2021.

FREITAS, Pietra Pirolla et al. **As economistas esquecidas pelo pensamento econômico durante os séculos XVII e XVIII: Priscilla Wakefield, Harriet Taylor Mill e Mary Paley Marshall**. 2022. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. **Tradução Áurea B. Weissenberg**. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.

GALINDO, Miguel-Angel; RIBEIRO, Domingo; RUBIO, Juan José. Women's Approach to Economics and Firms. In: **Women's Entrepreneurship and Economics: New Perspectives, Practices, and Policies**. New York, NY: Springer New York, 2011. p. 9-19.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOMES, Helena Barros. **Ocultas sob a mão invisível: uma análise do trabalho doméstico na história do pensamento econômico sob a ótica da economia feminista**. 2020. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências

Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOUVERNEUR, Virginie. Harriet Taylor Mill, Mary Paley Marshall and Beatrice Potter Webb: Women Economists and Economists' Wives. In: **Routledge handbook of the history of women's economic thought**. Routledge, 2018. p. 73-89.

HARDING, Susan. Representing fundamentalism: the problem of the repugnant cultural other. **Social research**, p. 373-393, 1991.

HARVEY, David. O "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (Parte II). **Lutas sociais**, n. 15/16, p. 21-34, 2006.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JACOBS, Jo Ellen. **The Complete Works of Harriet Taylor Mill**. 1998.

LEMIRE, Beverly. Budgeting for Everyday Life. **L'homme: Zeitschrift für feministische Geschichtswissenschaft**, v. 22, n. 2, p. 11-27-11-27, 2011.

LORDE, Audre et al. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

LOUREIRO, Isabel María. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. Unesp, 2004.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo. **Textos escolhidos**, v. 1, p. 1899-1914, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MALONEY, John. **The professionalization of economics: Alfred Marshall and the dominance of orthodoxy**. Routledge, 2020.

MARÇAL, Katrine. **Who Cooked Adam Smith's Dinner?**. Simon and Schuster, 2016.

MARSHALL, Mary Paley; MARSHALL, Alfred. The economics of industry. In: **Women's Economic Writing in the Nineteenth Century**. Routledge, 2023. p. 94-107.

MARTÍN, Miguel Ángel Galindo. Aportaciones de las mujeres al pensamiento económico clásico y neoclásico. **ICE, Revista de Economía**, n. 852, 2010.

MARX, Karl. **Il capitale: critica dell'economia politica**. Unione tipografico-editrice torinese, 1924.

MILIONI, Vitória Rodrigues Rocha; DE OLIVEIRA, Kevin Gustavo Alves. Harriet Martineau, além de seu tempo. **Investigação Científica nas Ciências Humanas 2**, p. 28, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, 2012.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**. Boitempo Editorial, 2021.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história** / Michelle Perrot: tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michele. Michel Foucault e a história das mulheres. **O legado de Foucault**, p. 63-80, 2006.

PUJOL, Michèle A. Feminism and anti-feminism in early economic thought. **Books**, 1992.

PUJOL, Michèle A.; SEIZ, Janet A. Harriet Taylor Mill. **American Economic Review**, v. 90, n. 2, p. 476-479, 2000.

RICARDO, David. Principios de economia política e de tributação, 3ª edição. **Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa**, 1965.

ROBEYNS, Ingrid. Sen's capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities. **Feminist economics**, v. 9, n. 2-3, p. 61-92, 2003.

SANCHEZ, Beatriz. **Mulheres, corpo e insurreição: as manifestações feministas no brasil recente à luz da obra de Judith Butler**. In: América latina em foco [livro eletrônico]: novas perspectivas de análise sobre a região/organizadores Hannah Guedes de Souza. Campos dos Goytacazes, RJ: Asociación latino-americana de Ciência Política (ALACIP), p. 99, 2020.

SCOVILLE, Eduardo H. Martins L.; DE OLIVEIRA, Gilson Batista. As contribuições e o pensamento de John Stuart Mill no campo da economia. **Revista da FAE**, v. 17, n. 1, p. 80-95, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.**

SMITH, Johanna M. Slavery, Abolition, and the Nation in Priscilla Wakefield's Tour Books for Children. In: **Discourses of Slavery and Abolition: Britain and its Colonies, 1760–1838**. London: Palgrave Macmillan UK, 2004. p. 175-193.

WAKEFIELD, Priscilla. Reflections on the Present Condition of the Female Sex. **(No Title)**, 1798.

ZETKIN, Clara. Rosa Luxemburgo. **Revista Marxismo e Autogestão**, v. 6, n. 9, 2019.